

ATA DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

**ATA N.º 1ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE RIO
DOCE – PDR**

LOCAL: Espaço Múltiplo Uso - Rua Coronel Luís Torres, n.º 150, no município de Rio Doce, Minas Gerais, CEP: 35442-000	
INÍCIO: 18h	ENCERRAMENTO:
DATA: 20 de junho de 2023 – Terça-feira	
PARTICIPANTES: <ul style="list-style-type: none">- População Riodocense;- Representantes do poder público, Executivo e Legislativo Municipal;- Coordenação Executiva Municipal (Portaria n.º25/2023, 4 membros);- Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos;- Apó Consultoria Territorial e Ambiental.	
LAVRATURA DA ATA: Géssica Lanna Conceição	

ASSUNTOS DISCUTIDOS/PROPOSTAS

CONCEITUAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Iniciada a reunião, fora apresentado pela Sra. Manoela, representante da empresa contratada, denominada como Latus consultoria, pesquisa e assessoria de projetos Ltda., quanto a conceituação “o que é um plano diretor?”, qual é sua finalidade, importância, desenvolvimento, relacionando ainda, legislações necessárias para sua criação, tais como LEI FEDERAL N.º 10.257/2001 e CONSTITUIÇÃO FEDERAL, enfatizando, na oportunidade, os princípios fundamentais, que, em síntese, são os três grandes pilares que regulamentam a política urbana em um município se fazem por Função social da cidade e da propriedade, Desenvolvimento sustentável e Gestão democrática.

Frisa ainda, quanto a importância do desenvolvimento em conjunto de todas esferas elencadas acima, visto serem atreladas ao desenvolvimento da economia espacial. Em resumo, um Município sustentável se faz quando todas as esferas estão em sintonia.

Na mesma linha, esta relata que o Plano Diretor irá trazer indagações e soluções de “como vai ser o crescimento, desenvolvimento, regras, parâmetros, o que pode ou não se fazer no território!?”

Após, por meio ilustrativo, relacionou a recente situação do Município de Rio Doce, elencando seu número de habitantes, ora estimado no exercício de 2021, se fazendo por 2.630 habitantes. Elencando ainda, o abrigo do Rio Doce e ressaltando a sua importância na região (econômica e social), que fora afetado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG (2015). E seus impactos ambientais, econômicos, sociais, na gestão e desenvolvimento municipal.

Da mesma forma, elencou ainda, quanto ao esboço das diretrizes vigentes no Município, explanando o seu processo, falhas e necessidades. E, logo, explicou quais seriam os conteúdos mínimos de um Plano Diretor regular, narrando, que, este deveria e deve apresentar dois papéis, sendo o primeiro estratégico, no sentido de como vai ser no futuro e normativo, estabelecer regras. Concluindo nas etapas de sua construção, sendo as seguintes:

1º Parte – Estratégica: Aonde quer chegar, seus objetivos...

2º Parte – Mapeamento: Identificação das estratégicas no território, mapeamento, estabelecimento do perímetro urbano...

3º Parte - Estabelecer as regras, normas de uso, delimita áreas tendo como referência suas características particulares, por exemplo, se o terreno disponível poderá ser edificado por uma residência ou comércio. Regra de parcelamento, os loteamentos, do tipo “como serão os lotes!?” , “Qual o tamanho mínimo do meu lote, da minha quadra!?”

4º Parte – Implementação: Instrumentos do estatuto da cidade, que são as ferramentas que viabilizam as intenções expressas no plano diretor. Definindo a aplicação da legislação, e, indicando nos departamentos internos da Prefeitura, responsáveis por sua implementação.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Continuando a apresentação com a Sra. Manoela, representante da empresa contratada, denominada como Latus consultoria pela, esta, explica quanto o objetivo principal, que se faz por auxiliar na contribuição de uma política de gestão territorial, que envolva a cidade, revisando o plano diretor, formulando diretrizes, colaborando com o desenvolvimento e seu sistema de gestão territorial intrínseca e participativa.

METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Exemplifica, na oportunidade, por meio ilustrativo, a linha do tempo de uma metodologia participativa: Como é a cidade hoje, e, com a pactuação dos gestores e sociedades, como é a cidade que queremos no futuro (Prática da Gestão Democrática). Ainda, na aplicação da

metodologia participativa, elenca 10 (dez) Diretrizes Gerais, em resumo “1º- Conscientizar sobre a importância do processo e participação, 3º – Aproximar as esferas social e política e 10º - Fortalecer gestão democrática no Município”.

Sendo assim, mais uma vez relata a importância da pactuação de gestores e sociedade para o futuro do município, estabelecendo o marco de instituir um grupo de representantes da sociedade civil.

De outro modo, relata os obstáculos para o tema, quanto as grandes dificuldades encontradas para construção do plano diretor junto a sociedade, sendo por tempo, comodidade da população, dificuldade ainda, de atrair a sociedade, visto a grande objeção do desconhecimento do tema.

Ainda assim, informa quanto a intuição de dois métodos utilizados pela empresa, quais se fazem por:

Presenciais: Que tem como importância o atingimento de um nível de conhecimento (capacitação) em conjunto com sociedade, maior nivelamento, para isso é essencial que tenham encontros presenciais.

Virtuais: Visto sua facilidade quanto as consultas rápidas, maior quantidade de pessoas, assim como, se tratar de um método de divulgação.

Da mesma forma, ressalta que a grande falha no processo participativo, se faz na etapa após a coleta das contribuições da sociedade, que muitas vezes encaminham as demandas e não retornam para conclusão de suas propostas, e, o processo necessita cumprir com todas as etapas, inclusive, este retorno com feedback.

Observa ainda, que, a sociedade que entenda a importância da sua participação ao longo do processo, garante vários benefícios.

EQUIPES DE TRABALHO

Na oportunidade, informou quanto a equipe de trabalho envolvida neste processo:

1 - Empresas de Consultoria Contratadas:

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos (execução do Eixo 1);
GeoJá Mapas Digitais e Aerolevanteamento (execução do Eixo 2);
Apó Consultoria Territorial e Ambiental (verificação dos Eixos 1 e 2).

2- Instâncias Internas:

Coordenação Executiva Municipal (Portaria nº25/2023, 4 membros);
Representantes do poder público, Executivo e Legislativo Municipal;

3- Instâncias Externas

Núcleo Gestor (Portaria nº26/2023, 8 membros, paritário);
Representantes de grupos de interesse;
População riodocense.

AÇÕES PREVISTAS

Para este tema, em síntese, fora relacionado e detalhado cada ação que serão implementadas, quais são:

1. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Chamar a população a participar.

2. AÇÕES DE CONVOCAÇÃO

Publicações de editais.

3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Atividades junto as escolas no município, relando a importância do envolvimento das crianças e adolescentes no futuro, envolver a comunidade escolar. Publicações de matérias didático nos meios de comunicações oficiais.

4. AÇÕES DE CONSTRUÇÃO

Oficinas técnicas, levantamento de informações com os agentes de saúde, buscar entender o que a população pensa sobre aquele determinado assunto.
Realização de oficinas comunitárias.

5. AÇÕES DE PACTUAÇÃO

Realizar reuniões técnicas e audiências públicas.

ESCOLAS MUNICIPAIS

Utilizar os grupos de WhatsApp para convite da comunidade escolar para participação, visto que as escolas se fazem por um ambiente democrático com facilidade no alcance os diferentes ares no município.

Ensino infantil: Desenvolver ilustrações, pensando em como o município é hoje?

Como as crianças pensam de sua cidade?

Fundamental e médio: Em construção de uma metodologia para participação desse grupo.

CONSULTAS VIRTUAIS

Reservar um espaço no site oficial para divulgação de todas as etapas do processo para consulta da sociedade, Constatar a opinião da sociedade em determinada estratégia elaborada, por meio de questionários virtuais disponibilizados no Espaço do Plano Diretor, Auxiliar na tomada de decisão na etapa propositiva do trabalho, quando não houver consenso sobre uma decisão a ser tomada, por meio dos resultados obtidos.

OFICINAS COMUNITÁRIAS

Para este tópico, explicou o que seriam e como seriam as oficinas comunitárias, inicialmente, se faz por uma capacitação da sociedade e demonstrando novamente a importância da participação da sociedade, por meio de apresentação inicial. Da mesma forma, e sendo o segundo passo, a coleta de visão da sociedade sobre o Município, para isso será utilizado entrevistas em grupo, bem como, mapeamento coletivo. E, por fim, compreender as propostas visando o desenvolvimento municipal, por meio de manifestações verbais quais serão registradas em ficha por grupo.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Exemplificou que seria o que estaria acontecendo no momento, ou seja, a reunião que está em andamento para apresentação dos passos que estão sendo desenvolvidos e suas etapas, por meio da explicação realizada por esta consultora, ora, Sra. Manoela. Explica ainda, que além da apresentação do desenvolvimento, esta audiência tem função de coletar as contribuições da sociedade, pelas manifestações por esta trazida na audiência em andamento ou por registro de fichas, quais estão sendo disponibilizadas neste momento. Por fim, esclarece que assim será possível deliberar e pactuar os passos para a construção desse Plano Diretor, por meio de manifestação da sociedade, ou seja, a partir dos resultados obtidos.

ETAPAS DO TRABALHO

Iniciou este tópico relacionando quais serão as etapas de trabalho:

Etapa 1 (Estruturação Interna e Mobilização Social para o Plano Diretor): O cumprimento que fora já realizado a partir de 4 (quatro) passos, com reuniões técnicas, estabelecendo equipes, estratégia e metodologia. Sendo sua previsão para encerramento, com as contribuições da sociedade e entrega desses documentos.

Etapa 2 (Planejamento técnico-comunitário): Técnicas, algumas reuniões para captação das informações nas secretarias administrativas, bem como, reuniões comunitárias. Realizadas em paralelo, sendo 8 (oito) oficinas comunitárias, 5 (cinco) rurais e 3 (três) urbanas. Atividades nas escolas em conjunto, buscando a realidade em que o município vive.

Etapa 3 Elaboração da minuta de projeto de lei do Plano Diretor e diretivas para as leis complementares: Expedição da minuta de projeto de lei do Plano Diretor, propostas de diretivas para revisão das Leis Complementares existentes, e, realização de audiências públicas para pactuação.

DINÂMICA

Por fim, apresentada a plataforma interativa denominada como Mentimeter, com a seguintes questionamentos “Como você resumiria a Rio Doce de hoje em uma palavra? Como você imagina a Rio Doce de amanhã? Foram elencados pelo público palavras como:

Respostas obtidas para o primeiro questionamento:

Tranquila, bela, referência positiva, em construção, referência positiva, modelo, organizada, agradável, pacífica, desenvolvida, acolhedora, planejada, construtiva, limpa, calorosa, transformada, edificada, cultural, exemplo de cidade, alegre, cidade, bem cuidada, preservada, vida, qualidade, aconchegante, alegre.

Respostas obtidas para o segundo questionamento:

Preservação, sustentável, exemplo, referência, auto sustentável, bem viver, modelo, tecnológica, tranquila, crescimento sustentável, revolucionária.

PERGUNTAS

Dada a palavra a população, foram relatados os seguintes:

- 1) **Populares:** Questiona no caso de uma rua sem saída, poderá ser modificar, no sentido de abertura para acesso a outro local?

Empresa consultora Latus: Ao longo do processo de como estamos pensando no futuro da cidade, seria uma rua importante que liga em um ponto da cidade, ou não

interferiria, qual o papel dessa rua para cidade? Deve manter ou seguir? Por meio desses questionamentos e análise, será solucionada tal demanda.

- 2) **Populares:** No caso de o proprietário ter um lote, o município poderá não autorizar a construção naquele local?

Empresa consultora Latus: O plano diretor apenas regulamenta quanto o que pode ou não ser construído neste lote, mas não tem objetivo de “tomar” a propriedade do contribuinte.

- 3) **Populares:** As cidades que foram objeto de consultoria da empresa em questão, vocês retornaram para coleta de resultados? O Plano Diretor nestas cidades funcionou?

Empresa consultora Latus: O trabalho da empresa Latus quando encerrado, continua com os canais abertos para solucionar dúvidas, fazem uma consultoria pós, nas etapas implementadas, e, que algumas coisas são comuns de serem revisadas após. Em caso de eventual esquecimento pela empresa de alguma questão, a empresa dispõe atendimento para tratar quanto.

- 4) **Populares:** Nas experiências em outras cidades, os processos que não deram certo, não foram aprovados? Quais foram os motivos das recusas?

Empresa consultora Latus: O município que não envolve no processo construtivo do Plano, e, assim, vetam a legislação. Não envolver as secretarias, também seriam um dos motivos. Mas que percebeu que não seria o caso do Município de Rio Doce, visto a observação da participação das secretarias, casa legislativa e executivo.

Apó Consultoria Territorial e Ambiental (Carolina): Relata que a abertura do processo de revisão do Plano Diretor com pacto na câmara municipal, indica que haverá participação dos representantes do legislativo, afastando possibilidade de vetos e atrasos na aprovação da lei que será construída conjuntamente. Que a participação no município de Rio Roce foi planejada na contratação do Plano considerando todas as comunidades, pensando em garantir a participação da sociedade, estabeleceram oficinas em todas as comunidades para captação da percepção e necessidades da população.

Apó Consultoria Territorial e Ambiental (Wesley): Além de todo cuidado do processo participativo, o pacto estabelecido com a Câmara, tem uma previsão para revisão de todo processo, para facilidade de eventuais pontuações quanto as alterações que poderão ocorrer.

- 5) **Populares:** Relatam a preocupação da transformação das áreas rural para urbanas, sem participação da sociedade, e, principalmente dos moradores.

Empresa consultora Latus: Tudo que poderá sofrer alteração, será avaliado, consultando principalmente os interessando e divulgado para população.

- 6) **Populares:** O processo de regulação fundiária entre no plano diretor, a regularização do IPTU também entrará?

Empresa consultora Latus: Sim, principalmente nas instituições de ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, identificar as áreas onde são irregulares e possuem população vulneráveis, mapear as áreas, e decidir se serão ou não ZEIS (facilidade no processo de regularização, podendo flexibilizar alguns procedimentos), regularização não é o foco, mas será debatido.

Apó Consultoria Territorial e Ambiental (Carolina): Explicou sobre o tema que será recorrente durante os encontros, e que é muito pertinente pois Rio Doce está em momento de realização de um Cadastro Territorial Multifinalitário. Aos imóveis desatualizados no cadastro imobiliário municipal, este trabalho em referência, terá essa função de atualização dos imóveis, o que é um ótimo benefício para o contribuinte.

Retornou com a palavra a Sra. Manoela, questionando se todos aqui presentes concordam com o trabalho que será desenvolvido, não houve retorno negativo. Sendo assim, todos de acordo, encerrou a audiência.

ENCAMINHAMENTOS

Não houveram encaminhamentos.